



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

**RELATÓRIO CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE
CONTROLE INTERNO**

RELOCI

IN TCEES Nº 68/2020 ANEXO III – TABELA REFERENCIAL 1

Exercício de 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de São Roque do Canaã/ES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã/ES

Gestor responsável: Sr. Marcos Geraldo Guerra

Exercício: Prestação de Contas do ano de 2024

Conforme as diretrizes estabelecidas na IN TCEES-68/2020, e em conformidade com o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como com o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), esta Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício de 2023, os procedimentos de controle necessários, no cumprimento de suas atribuições, conforme detalhado neste termo. Destaca-se, prioritariamente:

- I. As proposições da gestão, estruturadas nas peças do planejamento orçamentário e financeiro (PPA, LDO e LOA);
- II. A análise da legalidade, avaliando os resultados da gestão sob os prismas da eficácia e eficiência, com ênfase na correta execução das metas orçamentárias, financeiras e patrimoniais, tanto na administração direta quanto na indireta do Município;
- III. O apoio ao controle externo no cumprimento de sua missão institucional.

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente relatório de Controle Interno tem como objetivo acompanhar as Contas de Governo do Município de São Roque do Canaã, no Estado do Espírito Santo, relativas ao exercício de 2024, em conformidade com as disposições estabelecidas pela Instrução Normativa nº 68/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

DAS ATRIBUIÇÕES E ESTRUTURA DA CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

A estrutura administrativa da Controladoria Geral Municipal foi estabelecida pela Lei Municipal nº 713/2013, que criou cargos com atribuições específicas, sendo diretamente subordinada ao Poder Executivo Municipal.

Por sua vez, a Lei Municipal nº 668/2012 confere à Unidade Central de Controle Interno funções específicas, definindo, em seu artigo 5º, as competências do órgão. Vejamos:

Art. 5º - São responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno, referida no artigo 7º, além daquelas dispostas no art.74 da Constituição Federal e art.76 da Constituição Estadual, também as seguintes:

I – coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, abrangendo as administrações direta e indireta, promover a integração operacional e orientar a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;

II – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos, informações, atendimento às equipes técnicas, recebimentos de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

III – assessorar a administração nos aspectos relacionados como controle interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatório e pareceres sobre os mesmos;

IV – interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentaria, financeira e patrimonial;

V – medir e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, nos diversos sistemas administrativos do Poder Executivo Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles.

VI - avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhados no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentarias e no Orçamento, inclusive quanto as ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e de Investimentos;

VII – exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos fiscais;

VIII – estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

patrimonial e operacional do Poder Executivo Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, bem como, na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

IX – exercer o controle das operações de créditos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Ente;

X – supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes, para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XI – tomar as providências, conforme o disposto no art.31 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

XII – aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIII – acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentaria e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;

XIV – participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentarias e da Lei Orçamentaria;

XV – manifestar-se, quando solicitado pela administração acerca da regularidade e legalidade de processos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e /ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos e congêneres;

XVI – propor a melhoria ou implantação de sistema de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XVII – instituir e manter sistemas de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;

XVIII – verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;

XIX – manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades;

XX – alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente a Tomada de Contas, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fato inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

XXI – revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pela Prefeitura Municipal, incluindo suas administrações Direta e Indireta,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

conforme o caso, determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

XXII – representar ao TCEES, sob pena de responsabilidade solidaria, sobre as irregularidades e ilegalidades identificadas e as medidas adotadas; XXIII – emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela administração;

XXIV – realizar outras atividades de manutenção aperfeiçoamento do Sistema de Controle Interno.

A Controladoria tem desempenhado um papel crucial para que o Município alcance os princípios constitucionais previstos no caput do artigo 37: moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência. A eficiência, nesse contexto, pode ser definida como o "critério de desempenho, que consiste na otimização dos recursos disponíveis por meio de métodos, técnicas e normas, com o objetivo de alcançar o menor custo na execução das tarefas."

Em conformidade com as atribuições legais atribuídas a esta UCCI - Unidade Central de Controle Interno, por meio da Lei Municipal nº 713/2013, e o que determina a IN TC nº 034/15 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, relativa à Prestação de Contas Anual, este relatório apresenta as principais atividades desenvolvidas por este órgão de controle no exercício de 2024.

Apesar das limitações de pessoal, a missão da Controladoria Municipal é priorizar a implementação de mecanismos de orientação, atuando em conjunto com as Secretarias Municipais, para a efetiva implementação do Sistema de Controle Interno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

DA ANÁLISE DAS CONTAS

Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária

1.1.1 Prestação de contas anual – execução orçamentária.

Conforme o Balanço Orçamentário a previsão de arrecadação na inicial era de R\$ 68.710.937,00, a previsão atualizada da arrecadação da receita era de R\$ 77.899.322,24 e a receita realizada no período foi de R\$ 91.826.714,79. Tendo assim, um valor arrecadado superior ao estimado em R\$ 13.927.392,55

Quanto à atuação do Município no combate à sonegação e as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativas e judiciais, são realizados através de inscrição em Dívida Ativa. O Município possui legislação para procedimentos de cobranças administrativas, expedição de notificações, envio ao Protesto e a Execução Fiscal.

Foram realizadas alterações do Código Tributário Municipal com a aprovação da LC nº 004/2023 e a LC 005/2023. Acompanhou-se durante o exercício de 2024 a dívida ativa do Município de São Roque do Canaã, verificando-se que:

- O saldo inicial da dívida ativa de 2024 corresponde ao saldo final de 2023, sendo acrescido das novas inscrições e atualizações;
- Houve cancelamentos de dívida ativa, por lançamento, inscrições indevidas e prescrição, conforme tabela abaixo:

CANCELAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA

PROCESSO	VALOR	MOTIVAÇÃO
3927/2023	R\$ 122,44	LANÇAMENTO INDEVIDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

4542/2022	R\$ 1.073,66	LANÇAMENTO INDEVIDO
4280/2022	R\$ 1.923,77	LANÇAMENTO INDEVIDO – VALOR REINSCRITO EM DÍVIDA ATIVA APÓS CORREÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL PARA NÃO TRIBUTÁRIO
4301/2022	R\$ 307,84	LANÇAMENTO INDEVIDO – DUPLICIDADE DE INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA
3678/2023	R\$ 1.024,80	LANÇAMENTO INDEVIDO
486/2024	R\$ 3.698,60	LANÇAMENTO INDEVIDO – VALOR REINSCRITO EM DÍVIDA ATIVA APÓS CORREÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL PARA NÃO TRIBUTÁRIO
4229/2021	R\$ 35.713,03	ACÓRDÃO TRIBUNAL DE CONTAS 0900/2021-9 – DECRETO 6907/2023
TOTAL DE CANCELAMENTOS NO EXERCÍCIO DE 2024:		R\$ 43.864,14

- O município realizou a cobrança regular de forma parcial.

Verificamos que foram feitas Cobrança amiga mediante expedição de notificações (Carta Cobrança Amiga da Dívida Ativa), bem como Editais de Notificação e envio posterior dos notificados ao Protesto. (Ainda em andamento).

Informamos que foram encaminhados contribuintes para cobrança extrajudicial, conforme processo administrativo 4349/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

Quanto à cobrança judicial, o município não encaminhou nenhuma CDA , tendo em vista que somente alguns contribuintes passaram a ter saldo suficiente superior à 900 VRTE , valor mínimo para envio à cobrança judicial conforme previsto no artigo 432 da Lei complementar 001/2021e estamos em procedimento de cobrança amigável da dívida ativa, bem como serão encaminhados à cobrança judicial após esgotadas as alternativas de cobrança, como a cobrança extrajudicial.

- Verificamos que houve pagamento de dívida ativa tributária.

1.1.3 Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo

Foram repassados ao Legislativo Municipal 5,29% das receitas tributárias e das transferências constitucionais arrecadadas no exercício de 2024 conforme estabelecem o art. 29-A da CF/88, Emenda Constitucional 058/2009, Parecer TCE-ES 008/2005 e 023/2016, perfazendo a seguinte base de cálculo:

Demonstrativo da Receita do Exercício de 2023	Base Emenda R\$
11000000 – Receita Tributária – Art. 156 da CF	4.025.702,38
17115110 – Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios – Cota Mensal – Principal e Alínea D e E do Inciso I artigo 159 - CF	20.114.422,93
17115200 – Cota Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	17.061,80
17215000 – Cota Parte do ICMS - Principal	13.769.368,77
17295300 – Cota Parte Transf Comp. Fin.Perdas com Arrecadação de ICMS	343.406,62
1720121000 – Cota Parte do IPVA - Principal	1.246.394,75
17215200 – Cota parte do IPI – Municípios - Principal	152.491,76



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

17215300 – CIDE	3.434,95
Total da Receita	39.672.283,96
Maximo anual – EC 58/2009	2.777.059,88
Valor duodécimo repassado em 2024	2.100.000,00

1. Gestão Patrimonial

1.3.1 Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.

Os termos de inventários anuais foram elaborados pela Comissão de Inventário, instituída pelo Decreto nº 7235/2024 de 08 de agosto de 2024. Comparando-se os termos de inventário anuais com os inventários anuais sintéticos tem-se as seguintes constatações:

Saldo de bens móveis	Saldo contábil R\$	Saldo Inventário R\$	Diferença R\$
	35.520.037,95	35.520.037,95	0,00
Saldo de bens intangíveis	Saldo contábil R\$	Saldo Inventário R\$	Diferença R\$
	0,00	0,00	0,00
Saldo de bens imóveis	Saldo contábil R\$	Saldo Inventário R\$	Diferença R\$
	117.285.308.56	117.285.308.56	0,00
Saldo de bens	Saldo contábil	Saldo Inventário R\$	Diferença R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

em almoxarifado	R\$		
	988.704,47	988.704,47	0,00

1.3.2 Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controles

O Inventário dos bens patrimoniais foi finalizado com êxito. Os bens de natureza permanente foram identificados por meio de plaquetas de identificação, numeradas sequencialmente. Todos os bens móveis e imóveis possuem as respectivas notas fiscais ou outros documentos que atestam o tombamento, como, por exemplo, termos de doação, desapropriação, entre outros.

Dessa forma, considera-se regular este ponto de controle, uma vez que os registros dos bens estão sendo realizados de forma adequada. Além disso, foi designado uma comissão, conforme o Decreto nº 7235/2024, para o cargo de Administrador de Patrimônio e Almoxarifado, sendo este o responsável pela gestão dos bens patrimoniais.

Limites constitucionais e legais.

1.4.1 Educação – aplicação mínima.

A aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE foi de R\$ 12.590.925,84 com recursos de impostos e transferências constitucionais, perfazendo 27,26% e garantindo o atendimento ao limite mínimo de 25% exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.4.2 Educação – remuneração dos profissionais do magistério.

Os dispêndios com os profissionais do magistério também superaram o mínimo exigido na legislação e encerrou-se o exercício de 2024 com a aplicação percentual de 100% com pagamento aos professores da educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino, conforme tabela abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

Pagamento dos Profissionais do Magistério	R\$ 10.926.664,34
Transferências recebidas do FUNDEB (e rendimentos)	R\$ 10.518.515,01
% aplicado no exercício	100 %

1.4.4 Saúde – aplicação mínima.

O percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais foi de 20,70%, equivalente a R\$ 9.106.199,11, conforme demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde

1.4.6 Despesas com pessoal – abrangência.

Ao analisar os Relatórios de Gestão Fiscal emitidos a cada semestre de 2024, verifica-se que todas as despesas com pessoal foram devidamente consideradas no cálculo do limite de gastos estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Cabe ressaltar que não houve contratação de mão de obra terceirizada para substituição de servidores. Dessa forma, o ponto de controle analisado é considerado regular.

1.4.7 Despesas com Pessoal - Limites

A Lei Complementar nº 101/00, ao estabelecer mecanismos de acompanhamento da gestão fiscal, define, nos artigos 18 a 20, limites específicos para as despesas com pessoal. Já os artigos 21 a 23 regulamentam a implementação dos controles necessários. A falta de ações para a redução de eventuais excessos implica a aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre os vencimentos anuais do Gestor, conforme estabelecido no artigo 5º da Lei Federal nº 10.028/00, além das penalidades institucionais previstas.

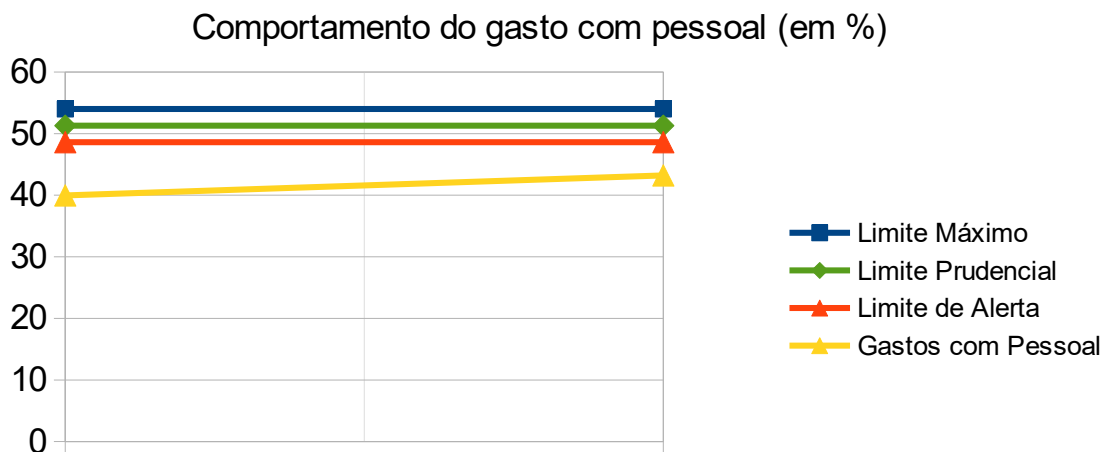


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

Ao analisar os Relatórios de Gestão Fiscal (RGFs) publicados no segundo semestre do respectivo ano, observa-se que as despesas com pessoal totalizaram R\$ 25.716.387,33 o que corresponde a 36,29% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Dessa forma, conclui-se que, no exercício de 2024, o valor total gasto com pessoal ficou abaixo do limite de alerta de despesa, fixado em 48,60%, configurando-se como regular o controle dessa despesa.

O gráfico abaixo ilustra o comportamento das despesas com pessoal durante o exercício de 2024, com base nos dados extraídos dos RGF's publicados.



Itens de abordagem complementar:

2.1 Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

2.1.1 LDO – compatibilidade com o Plano Plurianual

A Constituição Federal estabelece no art. 165, §1º que:

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Assim, analisando a Lei nº 1070 de 18 de julho de 2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024 atualizada pela Lei nº 1084 de 25 de outubro de 2024 e a Lei nº 996 de 17 de dezembro de 2021 que dispõe sobre o Plano Plurianual 2022-2025 é possível constatar que toda a lei objetiva compatibilizar-se com o PPA aprovado para o exercício, a saber:

"Art. 5º, §2º: § 2º. Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, estão estipulados do Plano Plurianual e identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 14 Em atendimento ao disposto no art. 45, da Lei Federal Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, a inclusão de projetos na lei orçamentária anual estará baseada nos programas estabelecidos no plano plurianual observadas as prioridades a que se refere esta lei.

(Lei nº 1038 de 19 de julho de 2022)

2.1.2 LDO – limitação de empenho

Foi objeto de análise a Lei nº 1070 de 18 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências.

Considerando o art. 13 da Lei nº 1070/2023, é possível aferir que tal lei contém dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do art. 4º, no art. 9º e no inciso II do §1º do art. 31, todos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a saber:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para dentre outras, as seguintes despesas abaixo:

a) obras não iniciadas;b) desapropriações;c) instalações, equipamentos e materiais permanentes;d) contratação de pessoal;e) serviços para a expansão da ação governamental;f) materiais de consumo para a expansão da ação governamental;g) fomento ao esporte;h) serviços para a manutenção da ação governamental;i) racionalização dos gastos com diárias, viagens e aquisição de equipamentos;j) redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos;k) contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio; el) racionalização de despesas com horas extras e ampliação de jornada.

§ 1º Estão excluídos os valores que constituam obrigações constitucionais e legais, os valores legalmente vinculados, e os ressalvados por esta lei, conforme parágrafo 2º do artigo 9º da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º As determinações para limitação de empenhos serão expedidas pelo Gabinete do Prefeito, quando verificar que as realizações das receitas e das despesas não comportarão o cumprimento das metas fiscais estabelecidas nesta lei, na forma prevista pelo artigo 9º da Lei Complementar 101/2000.

§ 3º *A limitação de empenhos será mantida até que a Secretaria Municipal de Finanças e Fazenda verifique e demonstre a possibilidade do cumprimento das metas*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

fiscais. (Redação dada pela Lei nº 1.056/2022)

§ 4º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas

2.1.4 LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas

A fim de verificar tal ponto de controle foi analisada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024..

O item 2.1.4 instrui a avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Após análise da LDO foi possível inferir que ela dispõe de tais condições e exigências, que se encontram nos artigos 19 e 20, conforme colacionado abaixo:

Art. 19 Os órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, poderão executar seus programas de trabalho mediante transferência de recursos financeiros a entidades privadas, observado o limite das possibilidades financeiras do Município, a legislação vigente e a classificação da despesa na modalidade de aplicação 50, prevista no Anexo II, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas modificações.

Art. 20 As transferências de recursos financeiros entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade deverão ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

realizadas conforme as regras dispostas pela Lei Federal nº 4.320, de 1964, pela Lei Federal nº 9.637 de 1998, pela Lei Federal nº 9.790/1999 e pela Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º As transferências que trata o caput do artigo somente poderão ser destinadas as entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 2º As transferências que trata o caput do artigo serão efetivadas através de convênios, termos de colaboração e termos de fomento.

§ 3º O beneficiário das transferências de que trata o caput deste artigo deverá estar regular em relação aos pagamentos de tributos, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos.

§ 4º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso ou na forma autorizada em Lei específica.

§ 5º Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 6º As entidades beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos.

Assim, considera-se cumprido tal ponto de controle.

2.1.5 LDO – anexo de metas fiscais - abrangência



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

Após detida análise da Lei nº 1070 de 18 de julho de 2023 - LDO aprovada para o exercício, foi possível concluir que tal item se encontra cumprido, a saber:

I - METAS FISCAIS: A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), estabelece, em seu artigo 4º, §§ 1º e 2º, que integrara a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o Anexo de Metas Fiscais (AMF).

Em cumprimento a essa determinação legal, o referido anexo inclui os seguintes demonstrativos:

a) Demonstrativo I: Metas Anuais (LRF, Art 4º, § 1º) - Estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes

Além disso, tais metas encontram-se dispostas nas tabelas anexadas à referida lei.

2.1.6 LDO – anexo de metas fiscais - conteúdo

Analisando a Lei nº 1070 de 18 de julho de 2023 aprovada para o exercício de 2024, foi possível concluir que tal item foi cumprido, conforme disposições abaixo e análise do anexo da referida lei:

"O Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional."

"Os conceitos adotados na composição dos índices e valores do Anexo de Metas Fiscais tiveram como base a Portaria STN nº 389, de 14 de junho de 2018, que aprova a 9º edição do Manual de demonstrativos Fiscais (MDF) aplicado a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme a seguir: [...]"

"Art. 2º, § 3º. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º, §§ 2º e 3º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais para o exercício de 2023, estão identificados nessa lei em conformidade com a Portaria-STN."

2.1.7 LDO – anexo de riscos fiscais - abrangência

Considerando o estabelecido na Lei nº 1070 de 18 de julho de 2023, é possível encontrar o Anexo de Riscos Fiscais, conforme trecho colacionado abaixo:

05 - AVALIAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS CAPAZES DE AFETAR AS CONTAS PÚBLICAS (Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000).

Como exigência introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá o Anexo de Riscos Fiscais, onde devem ser avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas. Há a possibilidade das receitas não se comportarem durante o exercício conforme a previsão, em função dos desvios que possam vir a ocorrer em relação aos parâmetros utilizados para sua estimativa. Entre os riscos que podem influenciar diretamente no cumprimento das metas previstas, encontra-se o comportamento das principais variáveis econômicas, com eventuais alterações no cenário econômico considerado afetado por motivações internas e externas, podendo ter impacto importante na arrecadação das receitas e cortes no repasse de transferência voluntária da União e do Estado.

2.1.8 LDO – anexo de riscos fiscais - conteúdo

Com o objetivo de avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN, foi analisada a Lei nº 1070 de 18 de julho de 2023, cujo art. 2º, §3º dispõe que



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

"§ 3º. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º, §§ 2º e 3º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais para o exercício de 2024, estão identificados nessa lei em conformidade com a Portaria-STN."

Ademais, analisando as tabelas anexas à referida lei, considera-se cumprido tal item.

2.1.10 LOA – compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual

Com o fito de avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e o PPA foi necessário analisar as referidas leis e comparar os seus dispositivos, tendo sido possível concluir que a Lei Orçamentária Anual encontra-se em compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual do exercício de 2024, estando regular tal ponto de controle.

2.1.12 LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receitas

Constatou-se que no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, consta o Demonstrativo VII que estabelece a compensação para a renúncia de receita prevista decorrente da isenção de impostos.

Assim, considera-se regular tal ponto analisado.

2.1.13 LDO – reserva de contingência

A Lei 1070 de 18 de julho de 2023 - LDO para o exercício de 2024, em seu art. 5º § 3º dispõe que:

"A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, identificada pelo código 9 no valor mínimo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

para o exercício de 2024, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no art. 5º, inciso III, alínea b da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000."

Analisando a lei nº 1096 de 20 de dezembro de 2023, é possível concluir que foi estabelecido o total de R\$500.000,00 para a reserva de contingência, obedecendo ao disposto na LDO que exige o mínimo de 1% da RLC prevista para o exercício de 2024 destinada à reserva de contingência, conforme a LDO.

2.1.16 LOA – programação financeira e cronograma de desembolso

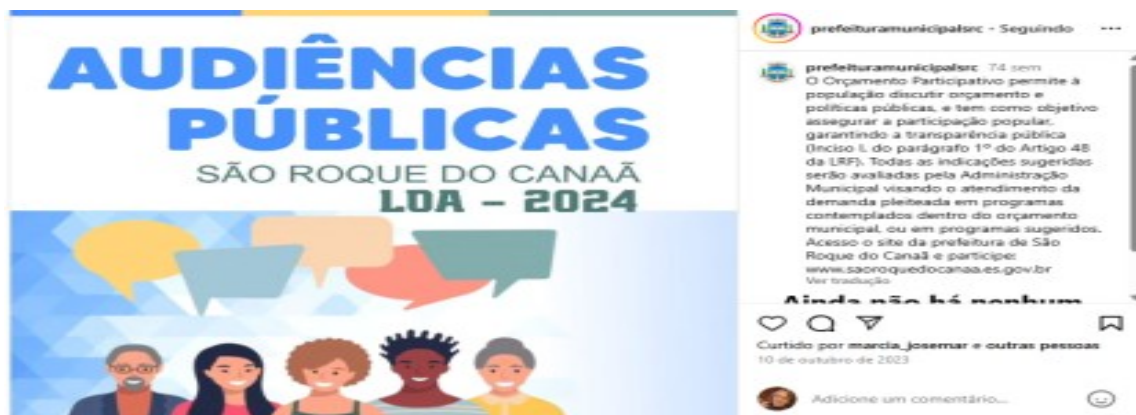
Considerando o estabelecido no Decreto nº 6914/2024 que dispõe sobre as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma bimestral de desembolso para o exercício financeiro de 2024 conclui-se que tal item foi cumprido, visto que logo após a publicação da LOA o Decreto nº 6914/2024 tratou das metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de desembolso para o exercício financeiro de 2024.

2.1.17 LOA – transparência na gestão

A transparência na gestão foi incentivada através da realização de audiências públicas para elaboração da LDO e LOA de 2024. Foram publicados os Decretos nº 6.581/2023 e nº 6.316/2023 que dispõem sobre a formulação de consulta pública para a elaboração da LOA e LDO, ademais, por meio da divulgação nas redes sociais da Prefeitura Municipal e da publicação em seu site oficial, considera-se cumprido tal ponto de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL



Legenda: Publicações no instagram oficial da Prefeitura convidando os cidadãos para participação de em audiência pública.

Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CyOVi64uZqN/?igsh=MXJ5NGhiMGhwazBzaA==>

2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária:

2.2.3 Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro

Analisando a Lei nº 1070/2023 - LDO para o exercício de 2024, percebe-se que o anexo de metas fiscais contém o seguinte dispositivo:

f) Demonstrativo VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, Art 4º, § 2º, inciso V) - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado;"

Desse modo, previu-se a renúncia de receita para o exercício correspondente e para os dois seguintes, além disso, estabelece como medida de compensação " que o valor da renúncia não entraria no cálculo, bem como para redução de alíquota ou redução de base de cálculo a medida de compensação atenderia ao artigo 14 da LRF".



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

2.2.13 Créditos Adicionais – autorização legislativa para abertura

Para avaliar tal ponto de controle foi analisada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, além da Lei Orçamentária Anual.

Após análise foi possível concluir que consta na LOA a autorização para abertura de créditos adicionais para o exercício de 2024, a saber:

Art. 6º. Fica autorizado a abertura de créditos adicionais suplementares para o Poder Legislativo e Poder Executivo até o limite de 45% (quarenta e cinco por cento), do total da despesa fixada, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso I e artigo 41, inciso I da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, não onerando este limite a abertura de crédito suplementar que tenha como fonte de recurso a anulação total ou parcial da dotação de reserva de contingência, quando destinado a reforçar dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, respeitando o estabelecido no § 5º do artigo 5º da Lei 1.070/2023 (LDO). (Redação dada pela Lei nº 1.111/2024)

Art. 7º Ficam autorizados e excluídos do limite previsto no caput do artigo 6º desta Lei os créditos adicionais suplementares:

I – provenientes da utilização de fontes de recursos de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, no



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

termo do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964;

II – provenientes da utilização de fontes de recursos por excesso de arrecadação nos termos do inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964;

III - provenientes da utilização de fonte de recursos de convênios, conforme parecer Consulta TCEES Nº 028/2004; e

IV – destinados a suprir insuficiências nas dotações de pessoal e encargos, de acordo com o estabelecido no Art. 66, parágrafo único, da Lei Federal 4.320, de 1964, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas no mesmo grupo de despesa.

Considera-se regular tal ponto de controle.

2.2.14 Créditos Adicionais – decreto executivo

Foi analisado o demonstrativo de créditos adicionais abertos no exercício de 2024. Após análise conclui-se que os créditos adicionais foram abertos mediante a edição de decreto pelo chefe do poder executivo municipal, estando regular tal ponto de controle.

2.2.22 Transparência na gestão – execução orçamentária

Conforme o art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

"Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários."

Assim, analisando as informações disponibilizadas no Portal da Transparência, na aba de receitas e despesas é possível ver as informações de receitas e despesas atualizadas.

2.2.22 Pagamento de passivos – ordem cronológica de exigibilidades

Após detida análise acerca dos passivos e se eles estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades, foram identificados alguns processos que não foram pagos na ordem cronológica pois estão aguardando regularizações de competência dos beneficiários para que seja efetuado o pagamento.

Assim, considera-se regular tal ponto de controle.

Cumprimento das metas estabelecidas na LDO:

Em análise aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2024, identificou-se que o resultado primário obtido ao final do exercício foi de -R\$ 9.139.022,10, atingindo a meta estabelecida que era de - R\$19.136.753,00.

O resultado nominal atingido ao fim do exercício foi de - R\$ 8.029.073,41, superando a meta estabelecida de -R\$ 19.275.732,00.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

Demais aspectos abordados:

O Município não tem participação acionária com empresas públicas e sociedades de economia mista.

Gastos com publicidade:

No exercício de 2024, o poder executivo teve apenas gastos com publicações de atos nos veículos oficiais do Estado e da União, principalmente referente à licitações, no valor total de R\$ 33.064,67.

RECURSOS HUMANOS

No exercício de 2024, o município encerrou o ano com 432 (quatrocentos e trinta e dois) servidores. Esse total inclui tanto servidores afastados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto aqueles sem remuneração.

Foi verificado que a guarda e organização dos documentos dos servidores estão em conformidade com os procedimentos estabelecidos. Para cada servidor, há uma pasta individual contendo: informações pessoais, datas de admissão, cargos ocupados, funções exercidas, lotações e remunerações. Além disso, são mantidas fichas funcionais e financeiras individualizadas, que detalham a situação dos ocupantes de cargos de provimento permanente ou efetivo ativo.

Foi realizado o controle da frequência dos servidores, com prontuários devidamente atualizados e organizados.

A contratação de servidores para cargos de provimento efetivo ocorreu por meio de concurso público, conforme previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O concurso incluiu reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme estabelecido pela legislação vigente. As vagas oferecidas no concurso foram autorizadas por lei, e a nomeação seguiu rigorosamente a ordem de classificação dos aprovados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

A posse dos servidores foi formalizada mediante a apresentação da documentação exigida pelas normas de controle interno, pelo edital do concurso, pelo decreto de nomeação e pela assinatura do termo de posse.

Os servidores em estágio probatório estão sendo avaliados conforme as disposições da legislação municipal e o regulamento pertinente.

A nomeação para cargos em comissão observou o limite de vagas estabelecido por lei. As atribuições dos servidores comissionados envolvem atividades de chefia, direção e assessoramento.

A documentação apresentada pelos nomeados está em conformidade com as exigências das normas de controle interno, e o decreto de nomeação foi devidamente publicado no órgão oficial do município.

Durante este período, não houve concurso para provimento de novas vagas. O município envia mensalmente ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) informações sobre o número de servidores nomeados e a despesa total com pessoal, conforme estabelecido pela Instrução Normativa 68/2020. As informações sobre pessoal são encaminhadas pelo Gestor da Unidade Gestora (UG) exclusivamente por meio do sistema CidadES, dentro dos prazos estabelecidos pela referida Instrução Normativa.

A Guia de Recolhimento do FGTS e as informações à Previdência Social (GFIP) estão sendo enviadas dentro do prazo legal e com todas as informações exigidas. No que diz respeito às pensões e aposentadorias, essas são de responsabilidade integral do INSS, pois o município não possui regime próprio de previdência.

2. ALMOXARIFADO

Este setor oferece suporte aos usuários da Administração Pública nas operações diárias relacionadas ao armazenamento de produtos utilizados



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

pelas diversas secretarias da administração municipal. O processo abrange desde o recebimento das mercadorias e o controle de estoque até a distribuição, garantindo a precisão do inventário e prevenindo perdas de qualquer natureza. Além disso, realiza o monitoramento contínuo do patrimônio municipal.

O município dispõe de 01 (um) almoxarifado amplo, onde as entradas são registradas conforme as notas fiscais e as saídas são controladas por meio de requisições.

3. LICITAÇÕES E CONTRATOS

A comissão de licitação vem se capacitando para melhorar os serviços do setor. A comissão atuou em 2024 realizando contratos e licitações nas diversas modalidades, onde as licitações e os contratos são formalizados, respeitando os prazos e os limites de valores, todas as licitações são feitas com empresa que estão regulares junto ao fisco e respeitando a Lei nº 14.133, sancionada em 1º de abril de 2021.

4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Município de São Roque do Canaã contraiu operações de crédito no exercício no valor de R\$ 8.075.609,84 referente a operação contraída junto a Caixa Econômica Federal e o Banestes para investimentos de infraestrutura. A tabela abaixo, extraída do RGF referente ao 2º semestre de 2024, explicita o valor da dívida consolidada líquida:

Dívida Consolidada	R\$ 10.531.876,29
Dívida Consolidada Líquida =	-R\$ 14.255.378,97



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

5. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES

Estão previstas na Lei Orçamentaria Anual e Lei de Diretrizes Orçamentária, e foram utilizadas:

ABC - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ

Termo de fomento nº 001/2024

Valor: R\$300.000,00

Vigência 01/02/2024 à 31/12/2024

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES

Termo de fomento nº 002/2024

Valor: R\$ 195.138,00

Vigência 22/01/2024 – 31/12/2024

Termo de fomento 006/2024

Valor: R\$ 13.029,00

Vigência 21/07/2024 à 31/12/2024

CAIJUC - CENTRO DE APOIO INFANTO JUVENIL CANAÃ

Termo de fomento nº 003/2024

Valor: R\$ 81.000,00

Vigência 01/02/2024 à 31/12/2024

ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM

Termo de fomento nº 004/2024

Valor: R\$ 20.000,00

Vigência: 05/01/2024 à 31/12/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA CANAÃ – PROJETO ECCO

Termo de fomento nº 005/2024

Valor: R\$ 30.000,00

Vigência 12/07/2024 à 08/01/2025

FECAM – FEDERAÇÃO CAPIXABA DE MOTOCICLISMO

Termo de Fomento nº 007/2024

Valor: R\$ 81.200,00

Vigência 29/10//2024 à 31/10/2024

PROGRAMA MUNICIPAL DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PMDDE:

CONSELHO DE ESCOLA EMEI “TIA NEIDA”.

CONVÊNIO nº 003/2024

Valor R\$ 13.905,65

Vigência 24/05/2024 à 31/12/2024

CONSELHO DE ESCOLA EMEI “SÃO ROQUE”.

CONVÊNIO nº 004/2024

Valor R\$ 9.798,80

Vigência 24/05/2024 à 31/12/2024

CONSELHO DE ESCOLA “DARLY NERTY VERVLOET”

CONVÊNIO nº 007/2024

Valor R\$ 15.995,10

Vigência 29/05/2024 à 31/12/2024

CONSELHO DE ESCOLA EMEI “SANTA JULIA”

CONVÊNIO nº 008/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

Valor R\$ 3.458,40

Vigência 12/06/2024 à 31/12/2024

CONSELHO DE ESCOLA EMEIEF “LUIZ MÔNICO”

CONVÊNIO nº 009/2024

Valor R\$ 10.087,00

Vigência 04/06/2024 à 03/12/2024

CONSELHO DE ESCOLA EMEIEF “VALE DO CANAÃ”

CONVÊNIO nº 010/2024

Valor R\$ 18.516,85

Vigência 06/06/2024 à 31/12/2024

CONSELHO DE ESCOLA EMEIEF “JOSEPHIR BOSCHETTI”

CONVÊNIO nº 011/2024

Valor R\$ 6.844,75

Vigência 07/06/2024 à 31/12/2024

6. AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

I - Divulgação e supervisão da aplicação, por parte dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Município, de normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bem como por outros Órgãos de controle e fiscalização, em apoio ao Controle Externo;

II - Desenvolvimento do Plano Anual de Auditoria Interna da Controladoria Geral do Município de São Roque do Canaã;

III - Fortalecimento do Setor de Ouvidoria e Transparência Pública no município de São Roque do Canaã;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

IV - Participação em capacitações, em cursos e em treinamentos diversos, objetivando a aprimorar diariamente o atendimento prestado e a alicerçar a série de conhecimentos e a aperfeiçoar cada vez mais o atendimento prestado, consolidar o melhor serviço possível à Administração Municipal;

V - Orientação constante aos servidores municipais, sanando questionamentos e buscando oferecer respostas para demandas trazidas à Controladoria Municipal de São Roque do Canaã, de forma a aprimorar a qualidade do serviço prestado à população;

VI - Participação em webinários, lives e orientações técnicas realizadas pelas mais diversas instituições acerca de controle interno e gestão de ouvidoria;

VII - Homologação do Rol de Responsáveis informados pelo Setor Contábil da Secretaria Municipal de Administração e Finanças na remessa de informações da Prestação de Contas Mensal (PCM) ao Sistema CidadES do TCEES;

VIII - Preenchimento de questionários acerca da atuação do Controle Interno, de processos e procedimentos realizados pela Prefeitura e sobre o diagnóstico e possíveis melhorias a serem implantadas no site institucional municipal e no Portal da Transparência, conforme as exigências legais e boas práticas de transparência;

IX - Foram realizadas análises e emitidos pareceres nos processos administrativos encaminhados ao Controle Interno de nomeação de servidores efetivos, assim como de servidores contratados através de processos seletivos.

X - Monitoramento e resposta dos Pedidos de Acesso à informação e às manifestações recebidas pela Ouvidoria;

7. CONCLUSÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

Após análise da prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Marcos Geraldo Guerra, referente ao exercício de 2024, concluímos que as demonstrações contábeis e as demais peças que compõem a prestação de contas representam adequadamente os atos de gestão no período em questão. Observou-se a conformidade com os princípios de legalidade, legitimidade e economicidade na administração dos recursos públicos. Com base nos pontos de controle avaliados, conforme descrito no presente relatório, a prestação de contas está regular, com ressalvas.

Quanto ao trabalho realizado pelo Órgão de Controle Interno, foram identificados diversos pontos que requerem fiscalização contínua e acompanhamento, além de medidas a serem adotadas. Acreditamos que o processo de controle deve evoluir constantemente, a fim de garantir maior transparência e eficiência na gestão pública, que são os principais objetivos tanto dos controles internos quanto externos.

Destacamos que as atividades do Controle Interno estão sendo executadas de maneira eficaz, com foco na transparência, economicidade e proteção do erário, visando à melhoria da eficiência e efetividade dos serviços públicos.

A verificação do cumprimento das normas de controle interno foi realizada por meio da análise de processos de despesa e receita, extratos, arquivos, visitas aos setores, inspeções e relatórios gerados pelos sistemas informatizados utilizados pela Prefeitura.

Em relação à constatação de que a prestação de contas está regular, com ressalvas, vale destacar que essa situação se deve ao fato de que a responsável por este relatório assumiu a Pasta ao longo do exercício de 2023, e, devido à falta de pessoal, não foi possível acompanhar de forma contínua a gestão financeira e orçamentária desde o início do ano. Além disso, nem todos os pontos de controle foram avaliados, em razão do tempo disponível e da necessidade de uma análise mais aprofundada em áreas que demandam maior conhecimento em Contabilidade Pública. Também não foram realizadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

auditorias ao longo do ano, e o PAAI (Plano Anual de Auditoria Interna) não foi implementado.

Por fim, ressaltamos o forte empenho do Prefeito Marcos Geraldo Guerra, que tem demonstrado apoio e confiança nas atividades desenvolvidas pela Controladoria, além de sua colaboração constante na busca pela transparência e integridade na gestão pública.

São Roque do Canaã - ES, 24 de março de 2025.

Maria Madalena Baratella

Controladora Geral